

originais ou em suas reedições e traduções em outras línguas. Inclui, naturalmente, tôdas as edições e traduções brasileiras existentes, “não só para que sirvam de fonte de pesquisa para quem não domine línguas estrangeiras, como também para qu se tornem conhecidas dos bibliotecários e livreiros de todo o mundo”.

As pesquisas do Autor vão de 1531 a 1900, limitando-se a livros e opúsculos, deixando de lado, pois, trabalhos publicados em periódicos e os manuscritos. Disso resultou um catálogo “que obedece a alguns preceitos nem sempre rigorosamente de acôrdo com as normas clássicas da biblioteconomia”, pois a própria marcha de suas pesquisas ditou-lhe os preceitos que foi, aos poucos, imprimindo dos dados pesquisados. Quanto à elaboração dos verbetes, julga o Autor prudente justificar “algumas discrepâncias com as normas habituais em trabalhos no gênero”. Tendo em vista ser útil ao colecionador particular e especialmente ao pesquisador, o Autor ampliou alguns dados úteis a êstes e não aos bibliotecários e livreiros. Portanto, seu trabalho poderia chocar a êsses profissionais por algumas minúcias que o tornam demasiadamente complexo. Todavia, espera que os bibliógrafos apreciem as duas descrições, que lhes permitirão verificar facilmente se os seus exemplares estão rigorosamente completos e perfeitos, sem falta de páginas ou gravuras. Por outro lado, “os investigadores terão possibilidades de obter em seu trabalho pontos de partida para novas investigações”.

De fato, o trabalho em questão chega a requintes de capricho que podem parecer excessivos. Entre outras cousas, a reprodução fac-similar de um sem número de páginas-de-rostro de obras raríssimas arroladas em seu livro, bem como a indicação de onde se podem encontrar tão valiosos cimélios.

Parece-nos desnecessário insistir no interêsse de um trabalho como êste de Paulo Berger. Certamente êle servirá — tal como prevê o Autor — de “ponto de partida para novas investigações”, tendentes a selecionar e resenhar de tantas obras aquelas que podem valer como fonte para o conhecimento do Brasil na época m que seus autores o visitaram. Que trabalhos idênticos — embora dispensando tantos requintes — possam ser elaborados para outras regiões ou outros assuntos, permitindo uma cobertura bibliográfica que complete alguns catálogos já elaborados, como, entre outros, o de Rubens Borba de Moraes para os livros raros, o de Alfredo de Carvalho, para os livros estrangeiros em geral (infelizmente incompleto), o de José Honório Rodrigues para as publicações do período holandês, o de Herbert Baldus para a etnografia e o de Odilon Nogueira de Matos para os viajantes estrangeiros do século XIX.

MARIA LÚCIA DE SOUZA RANGEL

*

* *

SODRÉ (Nelson Werneck). — *As raízes da Independência* Editôra Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1965. 274 págs.

O historiador participante da realidade brasileira sente os vínculos de dependência que chegam aos nossos dias, fruto do passado histórico do Brasil. A História feita por Sodrê pretende, por ser participante no seu objetivo e retrospectiva no seu método, funcionar como psicanálise do mundo presente. Mostra através

do processo histórico a consagração e a persistência de certos fatores sociais, políticos e econômicos que hoje preocupam os sociólogos, políticos e economistas.

Este é mais um trabalho do Autor dentro dessa posição. Estuda as razões da Independência do Brasil dentro de um contexto amplo, abrangendo a América Latina cuja História deve ser vista em plano conjunto.

“Estudá-la separadamente tem sido um dos erros da historiografia oficial, que omite, aliás, cuidadosamente, os aspectos de que se ocupa este livro” (pág. 12).

Realmente, o desenvolvimento histórico da América portuguesa e espanhola não pode ser analisado como compartimentos estanques, componentes que são de um mesmo fenômeno da História: o colonialismo europeu.

Sob o título *O Tratado de Methuen — Domínio inglês em Portugal*, o Autor começa sua exposição. Reproduz quase literalmente o plano do capítulo *No signo de Methuen* da obra de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico*, apenas acrescentando:

“Com o tratado ou sem o tratado, a verdade é que no século XVIII, Portugal era já uma dependência econômica inglesa” (pág. 51).

Reduzido a uma vassalagem econômica cada vez mais acentuada no século XVIII, não obstante os esforços de Pombal, grande parte do ouro brasileiro é canalizada para Londres via Lisboa.

Uma das linhas mestras do presente trabalho é o enfoque especial da influência inglesa da América Latina; trata das tentativas de domínio inglês no Prata através da colônia lusa. A Inglaterra passa a ter em Portugal no século XVIII

“... não apenas uma área subordinada, mas um instrumento eficaz em sua luta por novos mercados” (pág. 58).

A presença da Inglaterra na região platina fêz-se sentir cada vez mais através da *South Sea Company*, como mostra o Autor. A necessidade de ampliação de mercados consumidores faz a Inglaterra lançar-se decididamente sobre a América Ibérica.

“A Inglaterra estava, assim, profundamente interessada na autonomia dos povos americanos de colonização ibérica e, valendo-se da crise de autoridade que a fase napoleônica proporciona, começa a quebrar os últimos obstáculos à conquista plena dos mercados antes vedados da América” (pág. 79).

O processo da Independência da América Latina está intimamente relacionado ao liberalismo econômico apregoado pela Inglaterra em expansão crescente.

As considerações do Autor sobre o Prata ocupam um número exagerado de páginas (pg. 57 a 122), desequilibrando o conjunto na medida em que aspectos ligados ao Brasil deixaram de ser tratados com maior profundidade. Falta um estudo mais completo, por exemplo, sobre a conjuntura econômica na época da transmigração da Côte para o Brasil e um corte vertical da abertura dos portos em 1808, assuntos bem estudados por Jorge de Macedo e Pinto de Aguiar entre outros.

O Autor passa depois à análise do período joanino no Brasil. O Tratado de 1810 é estudado dentro do contexto da estrutura econômica de Portugal e da Inglaterra.

“As instruções trazidas por Strangford eram minuciosa e claras. Tratava-se para a Inglaterra, segundo aquelas instruções, de manter os tratados anteriores, cuja renovação específica devia ser mencionada em qualquer novo instrumento diplomático... Das instruções constava, ainda, que não interessava à Inglaterra o retorno próximo da Corte a Portugal, pois isso importaria em revisão dos acordos alcançados com a transferência daquela Corte ao Brasil...” (pág. 151).

Assim, explica-se a transferência do domínio inglês para o Brasil e a longa permanência da Corte que poderia ter voltado ao fim da terceira invasão francesa. O tratado de 1810 feito por 15 anos facultava à Inglaterra o pagamento de apenas 15% de imposto alfandegário o que lhe garantiu o domínio total do mercado brasileiro, eliminando qualquer concorrência de outras nações que pagavam 24%. Esse domínio comercial, com sérias repercussões para a economia brasileira, foi formalmente renovado em 1827 quando D. Pedro I usou a renovação do tratado como trunfo para o reconhecimento da Independência.

Na última parte do livro, o capítulo mais bem trabalhado pelo Autor, *A Regência — Domínio do latifúndio no Brasil*, explica a confusa dinâmica dos grupos participantes na Independência antes e depois da separação de Portugal. Ao introduzir o período regencial ressalta a importância dessa fase histórica sempre vista como o caos, desprovida dos

“... nexos causais, da relação de tais acontecimentos com a estrutura do país recém autônomo” (pág. 177).

Os estudos sobre o período são, realmente, apenas episódios biográficos e fragmentários.

Para explicar a Regência, Sodré retoma a Independência examinando seu período de consolidação. Consolida-se a autonomia somente depois da abdicação. D. Pedro era português e herdeiro do trono de Portugal e sempre haveria o perigo de uma nova união das duas corôas. Depois da dissolução da Constituinte em 1823 a oposição a D. Pedro se fez sentir mais abertamente. O ato despótico de D. Pedro encontraria forte oposição iniciada pela Confederação do Equador. Depois da dissolução o Imperador consegue um empréstimo da Inglaterra de 1 milhão de libras e arma com esses recursos a repressão a qualquer movimento reivindicatório, instalando-se no Brasil uma fase de terror, segundo Sodré.

Depois da Confederação do Equador o movimento contra o trono cresce e o partido anti-pedrista que o autor chama de brasileiro aumenta suas forças. Várias causas agravaram esse descontentamento: o não respeito pelo executivo à Assembléia reconvocada de 1826, a preocupação com o trono português mesmo depois de optar pelo Brasil, o recrutamento militar e a luta inglória pela Cisplatina. A legislatura de 1830 apresentou uma Assembléia mais liberal do que a de 1826. Outro fato contra D. Pedro era a crise econômica. O tratado de 1827 com a Inglaterra impedia o avanço do mercado brasileiro. E, era justamente o Nordeste, parte nevrálgica da economia brasileira, que exigia intervenção armada subsidiada por outras áreas mais pobres. A inflação é inimiga de qualquer governo e a pressão sobre D. Pedro atinge um grau tão alto que o leva à abdicação.

O Autor esquematiza os primeiros anos do 1º Reinado como um avanço conservador com o perigo de volta ao Reino Unido e depois um período de avanço liberal até a abdicação. Na Regência, ao contrário, nota-se primeiramente um avanço liberal até 1834 com o Ato Adicional para posteriormente com a Regência uma consolidar-se o domínio do latifúndio.

O Autor fala ainda da distribuição das forças sociais nas regências, repetindo o que já fez em seus livros *Formação Histórica do Brasil e História da Burguesia Brasileira*. A Regência monta um aparelho de repressão às repetidas rebeliões. É criada a Guarda Nacional instrumento odioso e anti-popular que substitui gradativamente a tropa regular. Os movimentos reivindicatórios de caráter popular eram tidos como anárquicos:

“tudo o que diz respeito a povo parece inválido, inferior, negativo, anárquico, seus pronunciamentos são sinônimos de indisciplina, desordem, a que é indispensável coibir” (pág. 219).

É o período de radicalização de posições. Houve uma curiosa inversão, quando aqueles que mais combateram os portugueses e eram por reformas estruturais foram levados às prisões e aos patíbulos.

Analisa, posteriormente com mais detalhes as revoluções do Período Regencial: a Farroupilha, a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada das quais resistiu por mais tempo a primeira porque unira as classes de estancieiros e peões. As outras pouco organizadas, violentamente combatidas pouco duraram, principalmente a Balaiada completamente despida de ideologia e organização.

Os castigos foram severos. O Governo precisava dar um golpe mortal na agitação.

“E levaram ao trono, então, o jovem herdeiro para, à sombra dele, realizarem o “regresso”, isto é, o abandono total dos princípios liberais” (pág. 260).

Finalmente, conclui e justifica o estudo da Regência em seu plano de trabalho pela sua importância como fase de acabamento do processo de independência

“... definindo os campos e as forças políticas que o ocupam...”
(pág. 260).

Salienta ainda o fato de ter o café propiciado a centralização do poder liquidando a esquerda liberal e a relatividade da eficácia da Independência que conservou a estrutura social, política e econômica, e que

“... o processo da independência ficava em meio, por força das condições dominantes no mundo e no Brasil” (pág. 261).

O trabalho resenhado não é o melhor de Nelson Werneck Sodré. Está longe de se igualar, por exemplo, ao *Panorama do Segundo Império*.

Busca as origens do domínio da Inglaterra sobre Portugal, domínio esse que se transfere ao Brasil e chega até a Maioridade, para o autor, fim do processo. Justifica-se o plano, mas o livro resente-se de originalidade.

Na melhor parte do livro faz, no geral, a mesma análise de Caio Prado Júnior em sua *Evolução Política do Brasil*, entrando apenas um pouco mais na essência dos componentes.

Apresenta excelente bibliografia, mas a parte gráfica está muito mal cuidada, comprometendo a correta linguagem de Sodré.

Por fim, fica-nos a impressão de um livro feito às pressas, mas de utilidade inegável, principalmente para os alunos de curso superior de História.

JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR

*

* *